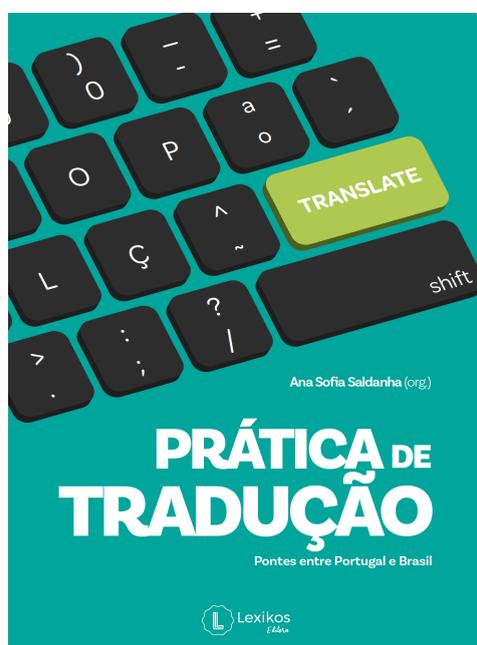


**SALDANHA, ANA SOFIA (ORG.) PRÁTICA DE TRADUÇÃO: PONTES ENTRE BRASIL E PORTUGAL. SÃO PAULO: LEXIKOS EDITORA, 2023, P. 140.**

**Hélio Parente de Vasconcelos Neto**  
Universidade Federal de Santa Catarina

*Prática de Tradução: Pontes entre Portugal e Brasil* trata-se de um livro com base em conhecimentos empíricos da prática tradutória profissional em território brasileiro e português.

**Figura 1 – Capa**



**Fonte:** Saldanha (2023).

A relação entre Brasil e Portugal é secular. Desde a colonização do território brasileiro, os países têm fomentado sua relação linguística por diferentes razões. Essa relação se deu, inicialmente, através do uso da tradução como ferramenta para a comunicação e para a imposição dos interesses da metrópole na colônia (Guerini e Costa, 2023, p. 6).

A história da tradução em território brasileiro remonta a períodos anteriores à chegada dos portugueses no país, através das trocas linguísticas e culturais de diversos grupos indígenas, cuja população era estimada entre seis e nove milhões e cuja diversidade linguística era de cerca de 1.200 línguas, que habitavam o Brasil na época de seu

“descobrimto” (Guerini e Costa, 2023, p. 5). Para os pesquisadores, a tradução atuou nesse momento Pré-Colonial como língua franca, sendo responsável não só pela comunicação entre línguas, mas também pela tradução cultural (Guerini e Costa, 2023, p. 5), ou seja, a descrição das práticas culturais de um povo pela visão de outro.

Da mesma forma, a história da tradução em território português é antiga e complexa. Seruya (2022, p. 3), ao pesquisar a história da tradução em Portugal, argumenta que esta pode ser estudada a partir do momento em que se existe, conjuntamente ao português oral, uma linguagem escrita da língua. Este fato ocorre na era medieval, ao final do século XII (Seruya, 2022, p. 3). Seruya aponta ainda que o período entre o século XVI-XVII é marcado pelo encontro do português com as línguas dos povos nativos de suas colônias, o que marca a promoção da língua portuguesa no Globo (2022, p. 8).

As relações linguístico-tradutórias entre Portugal e Brasil têm seu início no Período Colonial (Séculos XVI-XVIII), assim delimitado por Holanda e Fausto (2007). Nesse período os intérpretes exerciam um papel fundamental na comunicação, sendo responsáveis pela tradução oral (Guerini e Costa, 2023, p. 6). Esses intérpretes, chamados de “línguas”, eram, geralmente, cidadãos portugueses que conviviam com os povos originários de modo a aprender suas línguas. Isso, por sua vez, capacitava-os a agir como mediadores dos interesses das autoridades portuguesas através da função de auxiliares em trocas comerciais (Guerini e Costa, 2023, p. 6). Além disso, membros da ordem dos jesuítas, entre eles José de Anchieta e João de Azpilcueta Navarro, guiados por seu ímpeto catequizador e colonizador, contribuíram para a história da tradução no Brasil ao realizarem traduções de textos religiosos às línguas indígenas, como o tupi (Guerini e Costa, 2023, p. 7-8).

Após o Período Colonial, a tradução escrita ganha força com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, e com a criação da Imprensa Régia. No período do Império temos a tradução de obras estrangeiras no território brasileiro, como a tradução das obras de Alexander Pope, Alphonse de Beauchamp, Alain René Lesage, dentre outros (Guerini e Costa, 2023, p. 12) e traduções feitas pelo então monarca Dom Pedro II (cujo reinado se deu de 1831 a 1889), como as traduções de poemas de Victor Hugo, Henry Longfellow, de cantos da *Divina Comédia*, dentre outras obras (Daros, 2012, p. 230).

Assim, percebe-se que a prática tradutória teve destaque nas relações luso-brasileiras em séculos passados. Para além da história mais distante, é necessário pensar nessa prática na era contemporânea e quais reflexões surgem a partir dela.

Berman, ao defender a posição dos Estudos da Tradução (doravante ET) como campo de saber próprio, argumenta que a tradução é uma experiência que: “(...) pode se abrir e se (re)encontrar na reflexão. Mais precisamente: ela é originalmente (e enquanto experiência) reflexão” (Berman, 2007, p. 16), o francês argumenta ainda que as traduções são: “(...) inseparáveis de um pensamento propriamente filosófico do ato de traduzir” (Berman, 2007, p. 18). Desta maneira, assim como a tradução, que enquanto campo do conhecimento, surge através da reflexão de nossa prática profissional, é necessário que este pensamento crítico da práxis continue sendo desenvolvido, de modo a não afastar os conhecimentos da academia dos conhecimentos profissionais da área.

É nesse contexto que o livro aqui resenhado surge. A obra, como informa o próprio subtítulo *Pontes entre Brasil e Portugal*, apresenta reflexões, estudos e práticas de tradutores e intérpretes profissionais que atuam nos dois países, de modo a ponderar diversos pontos da profissionalização dos tradutores e intérpretes.

O volume foi lançado em 2023 pela editora Lexikos. Seu conteúdo é apresentado na forma de relatos de experiência e artigos cujos autores se especializaram em um tema específico dentro dos ET. Cada autor apresenta ampla experiência no mercado da tradução, português ou brasileiro. São escritores inscritos nas Juntas Comerciais de estados brasileiros e membros ocupantes de cargos de destaque em associações da área, como o Sindicato Nacional dos Tradutores e Intérpretes (SINTRA) e a Associação de Profissionais de Tradução e Interpretação (APTRAD). Além de seu caráter pragmático, a publicação também conta com textos acompanhados de referências bibliográficas, contextualizando suas pesquisas através de obras relevantes para os temas abordados, no que condiz aos ET. Ademais, seus autores apresentam graus variados de formação acadêmica em tradução e áreas afins, junto a sua experiência profissional, o que contribui para a qualificação do conteúdo.

O livro é dividido em oito capítulos, além de um prefácio. O primeiro capítulo se dedica ao tema da tradução juramentada e é de autoria de Simone Castro, tradutora e intérprete da Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) e pós-graduada em tradução. Castro explora o campo de atuação do profissional juramentado na JUCESP, a validade nacional e internacional dos documentos traduzidos e como o serviço da tradução juramentada deve ser cobrado. Desta maneira, o capítulo é de muita valia para os que desejam ingressar nesta área da atuação. Este relato, escrito por uma tradutora comercial experiente, é capaz de satisfazer os principais questionamentos sobre esta prática: o que é uma tradução juramentada? Como se

tornar um tradutor juramentado? Quais as fases do concurso público?, dentre outros. O capítulo também explora os principais documentos legislativos que regem o ofício dos tradutores juramentados e as associações profissionais existentes em território brasileiro, o que demonstra um conhecimento profundo da atuação nesse campo específico.

O segundo capítulo aborda o uso das ferramentas de tradução assistida por computador, as *CAT (Computer-Assisted or -Aided Translation) tools*, no cotidiano do tradutor profissional. Este seguimento é elaborado por Jorge Rodrigues, tradutor e intérprete da JUCESP e bacharel em tradução e interpretação. O texto procura trazer os conceitos fundamentais que regem as ferramentas, como o uso de memórias de tradução, o uso de bases terminológicas e de unidades de tradução. Busca também exemplificar as principais ferramentas utilizadas no mercado e diferenciar o uso da ferramenta da tradução automática. Após a introdução, o capítulo propõe um guia de uso das *CAT tools* para novos tradutores. Durante a trajetória dos Estudos da Tradução, enquanto campo de saber científico, existiram diversos mapeamentos da área, que intentaram definir quais os campos de atuação dos ET. Dentre estes mapeamentos, temos a divisão dos ET feita por Holmes, um marco, no ocidente, para a reivindicação dos ET como saber próprio. Neste mapeamento, encontramos a grande área dos estudos aplicados, que podem lidar com recursos acessórios para a prática da tradução, como dicionários e glossários (Holmes, 1988). Ainda que Holmes possa não ter previsto as ferramentas tecnológicas nos dias de hoje, é perceptível que os ET abrem espaço para pesquisas e reflexões sobre a tradução em contato com ferramentas auxiliares tecnológicas. Ademais, existem diversos modelos de competência tradutória que contemplam a habilidade do tradutor de se valer de ferramentas tecnológicas, Hurtado-Albir (2005), por exemplo, apresenta a subcompetência instrumental, que se refere a tal habilidade. Assim, faz-se necessário para a formação de tradutores profissionais o estudo das ferramentas comuns no mercado. Neste sentido, o texto se apresenta como um bom tutorial para aqueles que procuram expandir suas ferramentas de trabalho, ao apresentar as principais funcionalidades comuns entre as *CAT Tools* e ao exemplificar sua aplicabilidade no cotidiano da prática da tradução profissional.

No capítulo seguinte, discute-se o uso de plataformas profissionais para tradutores e intérpretes como uma estratégia de captação de clientes. Este texto é coescrito por Isabel Vidigal, membro do conselho fiscal do SINTRA e da APTRAD, em colaboração com Simone Castro. Nesta parte da obra, somos apresentados a um relato de experiência no uso de duas

plataformas de captação de clientes e de promoção profissional: *LinkedIn* e *ProZ*. As autoras nos apresentam às práticas de mercado efetivas para um perfil atraente do intérprete ou tradutor, além de oferecer um guia para a monetização de serviços tradutórios nas plataformas. O capítulo é contextualizado por um breve histórico das fundações das redes, com a apresentação de seus principais serviços, pertinentes a tradutores, e com a análise do crescente número de inscritos nas plataformas. Dessa forma, o capítulo demonstra sua utilidade tanto para a prática profissional quanto para o planejamento de um currículo adequado ao mercado de trabalho.

O capítulo quatro foi elaborado por Ana Sofia Saldanha, mestra em tradução pela Universidade de Coimbra. Nele, Saldanha discorre sobre a necessidade da prática do *mentoring* nos cursos de formação de tradutores. A autora argumenta que esses cursos, em território português, estão à margem da prática profissional da tradução, pois não capacitam o indivíduo a entrar no mercado. No entanto, apesar da afirmação, o texto traz poucos dados que comprovem o axioma do afastamento da academia para com o mercado, não oferecendo uma análise da grade curricular dos cursos, por exemplo. Como apontam Hu e Roberto (2019), não há, em território português, um programa específico para a orientação da formação de tradutores no país em nível de mestrado. No entanto, os pesquisadores argumentam que a: “(...) formação de mestrado em tradução em Portugal segue, em regra geral, as normas dos *Requirements for translation services of ISSO 17100*” (Hu e Roberto, 2019, p. 5). Este documento informa que os tradutores devem possuir, dentre outras competências, a competência tradutória, ou seja, a habilidade de traduzir conteúdo, incluindo a habilidade de transmitir o conteúdo do idioma de destino de acordo com o contrato, especificações e necessidades do cliente ou projeto (Hu e Roberto). Assim, a capacidade de atuar no mercado de trabalho, levando em consideração as especificidades exigidas, parece estar prevista na regulamentação da formação de tradutores em Portugal. Em seguida, o texto de Saldanha procura definir a prática do *mentoring*, citando doze definições de autores diferentes para a prática, o que, sem a devida justificativa para a quantidade de citações, torna a leitura repetitiva. A partir de então, o artigo passa a delimitar como a prática do *mentoring* poderia ser aplicada em cursos de formação de tradutores, apresentando os pré-requisitos para os mentores e os resultados positivos de programas de *mentoring*, realizados no âmbito da APTRAD. Apesar das limitações mencionadas, o capítulo apresenta um apontamento

instigante sobre a relação entre o mercado e a academia, o que pode ser útil para a elaboração de atividades curriculares em cursos de formação de tradutores no Brasil e em Portugal.

O capítulo seguinte, redigido por Ana Julia Perrotti-Garcia, doutora em Letras – Inglês, aborda as noções básicas de linguística de *corpus* (doravante LC) e sua aplicação na prática profissional do tradutor. Nele, a autora apresenta um breve histórico da LC, introduzindo a terminologia básica da área e os recursos de *corpora* que podem ser utilizados na tradução. Em seguida, o capítulo argumenta que, ao selecionar conjuntos de textos relacionados ao projeto de tradução, o tradutor é capaz de criar um *corpus* customizado. Esse *corpus* facilitará sua atividade profissional, ao ser capaz, em certos casos, de oferecer resultados mais efetivos que ferramentas de busca. A seguir, um guia de utilização de uma ferramenta de análise de *corpus* é apresentado, para tornar o processo de aprendizagem mais acessível. O capítulo apresenta considerações importantes sobre o uso da LC na prática tradutória, contribuindo para a capacitação de profissionais tradutores.

No capítulo seis, Patrícia Camargo, doutora em Letras, oferece ao leitor um capítulo sobre o ensino da interpretação no Brasil. Inicialmente, a autora introduz o tema ao relacionar a interpretação aos ET e oferece um panorama geral do ensino da interpretação nos cursos brasileiros. Em seguida, Camargo nos expõe às principais habilidades e competências que o profissional tradutor e intérprete deve desenvolver. A discussão é marcada pelo afastamento da perspectiva de que o intérprete deve aprimorar apenas o seu conhecimento linguístico, ao discorrer que a interpretação pressupõe habilidades práticas próprias que devem ser estudadas para uma atividade profissional adequada. Ademais, o capítulo de Camargo exemplifica diferentes práticas de interpretação, como a interpretação comunitária e a interpretação de conferências, junto de suas principais características, o que torna o texto de grande valia para os ET e para a formação profissional de tradutores e intérpretes.

No capítulo sete, Isabel Fernandes Silva, doutora em Filologia Inglesa, concentra-se em oferecer um panorama do ensino da tradução em Portugal. Seu objetivo é traçar um histórico curricular de cursos de formação, assim como exemplificar cursos contemporâneos que ofertam programas de tradução. Embora o capítulo seja relativamente breve, com apenas cinco páginas, ele apresenta uma contribuição significativa para a historiografia da formação de tradutores em Portugal ao salientar os principais cursos de graduação e pós-graduação presentes no território português.

No último capítulo, Ligia Ribeiro, pós-graduada em Tradução, concentra-se em demonstrar os principais aspectos da captação de clientes, das formações e habilidades essenciais para a área e exemplificar boas práticas profissionais para tradutores e intérpretes no início da carreira. O texto se apresenta como uma síntese das discussões trazidas pelos outros autores do volume, o que torna sua leitura dinâmica e facilita a exposição dos pontos defendidos.

Por fim, em relação à estrutura do livro, há um questionamento a ser feito. O capítulo oito pode ser considerado correlato ao capítulo quatro, pois ambos se complementam em suas análises, suprimindo algumas necessidades presentes em ambos os textos. Assim, questiona-se a escolha de separar estes capítulos em 46 páginas de distância, sendo suas contribuições pertinentes e complementares para ambas as pesquisas, o que facilitaria na exposição de argumentos.

No entanto, apesar dessa consideração sobre a estrutura do livro, o volume constitui um importante material de consulta para a profissionalização de tradutores, sejam estes recém-ingressos no mercado ou tradutores experientes. Os relatos e artigos de tradutores experientes e academicamente qualificados oferecem valiosos *insights* e contribuições para a formação de tradutores e intérpretes tanto no Brasil quanto em Portugal. A obra é capaz de trazer ao leitor o pensamento crítico sobre diversas formas de tradução e de atuação do tradutor intérprete no ambiente profissional, como a interpretação, a tradução de textos jurídicos, a tradução em contato com a tecnologia, a tradução técnica, dentre outros. O livro, portanto, desempenha um papel significativo na disseminação de conhecimento e no enriquecimento da prática profissional nesses campos.

## Referências

BERMAN, A. **Tradução e a letra**: ou o albergue do longínquo. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres; Mauri Furlan e Andreia Guerini. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2007.

DAROS, R. P. Dom Pedro II: o imperador tradutor. **Scientia Traductionis**, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 227-244, 19 jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2012n11p227>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GUERINI, A.; COSTA, W. C. Brasil: história da tradução. In: ASOCIACIÓN IBÉRICA DE ESTUDIOS DE TRADUCIÓN E INTERPRETACIÓN (org.). **Enciclopedia de Traducción**

e **Interpretación**. Granada: Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación, 2024. p. 1-10. Disponível em: [https://www.aieti.eu/enti/brazil\\_POR/](https://www.aieti.eu/enti/brazil_POR/). Acesso em: 14 jun. 2024.

HOLANDA, S. B.; FAUSTO, B. **História da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLMES, J. S. The Name and Nature of Translation Studies. *In*: VENUTI, L. **The Translation Studies Reader**. Nova Iorque: Routledge, 2004. p. 172-185. Disponível em: <https://translationjournal.net/free-e-books.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HU, Z.; ROBERTO, M. T. Um estudo comparativo, entre a China e Portugal, da formação profissionalizante do mestrado em tradução. **Millenium - Journal of Education, Technologies and Health**, [S.L.], v. 4, p. 99-108, 7 jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/18041>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HURTADO-ALBIR, A. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. *In*: PAGANO, A., MAGALHÃES, C., ALVES, F. (orgs.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 19-57.

SERUYA, T. M. M. Portugal: história da tradução. *In*: ASOCIACIÓN IBÉRICA DE ESTUDIOS DE TRADUCCIÓN E INTERPRETACIÓN (org.). **Enciclopedia de Traducción e Interpretación**. Granada: Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación, 2024. p. 1-10. Disponível em: [https://www.aieti.eu/enti/portugal\\_POR/index.html](https://www.aieti.eu/enti/portugal_POR/index.html). Acesso em: 14 jun. 2024.